

Pais querem a Educação sem conselhos

O presidente da Federação das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), Luís Cassimiro disse ontem que pretende solicitar ao Congresso Nacional a Extinção dos Conselhos Estaduais de Educação. Segundo ele, parlamentares simpatizaram com a idéia, e não descartaram a possibilidade de desenvolver um projeto propondo o fim dos CEEs. A composição atual dos conselhos, nomeados pelos governadores dos estados, não atende às necessidades da população, "mas aos interesses dos donos de escolas", ressaltou Cassimiro.

O presidente da Fenapa acha possível acabar com os CEEs através da nova Lei de Diretrizes e Bases, que será elaborada no próximo ano. Os representantes dos pais querem criar um novo Conselho, cujos membros ser-ao eleitos pela comunidade. A idéia é retirar dos conselhos a responsabilidade de deliberar sobre os preços escolares. Esses órgãos, segundo Cassimiro, não têm estrutura para calcular as despesas reais das escolas.

"Os reajustes das mensalidades passariam a ser estabelecidos por uma comissão de encargos educacionais, desvinculada dos CEEs, que teria a participação dos donos das escolas".

"Hoje, em cada Conselho existe um representante do Sindicato dos Proprietários das Escolas, que tem cadeira cativa. Os outros membros são indicados pelos governadores, a maioria sem ligação efetiva com o ensino". Segundo Cassimiro, ~~estes órgãos foram criados na época da ditadura~~, para servir ao sistema, e hoje não têm mais razão de ser. O Conselho de Educação do Distrito Federal chegou a cometer o disparate de tirar do ensino público do segundo grau matérias como química, física e biologia, favorecendo na década de 70 aos proprietários de escolas privadas".

O presidente da Fenapa, que aguarda ser recebido pelo ministro Hugo Napoleão desde o último mês de outubro, informou ter encaminhado ao ministro dois trabalhos propondo o fim dos conselhos e a criação de uma nova estrutura de forma a beneficiar o ensino público.

A liminar impetrada pelo Tribunal Federal de Recursos na última quinta-feira, proibindo os reajustes das mensalidades escolares com base na variação da OTN e fixando a URP como o índice a ser utilizado, não está sendo respeitada, disse Cassimiro.